

*Ata da 27ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa do
Estado da Bahia,
em 13 de setembro de 2012.*

Presidência da Senhora Deputada Maria Del Carmen, *ad hoc*. À hora marcada, a Sra. Presidenta e proponente do evento, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão, com a finalidade de **avaliar o Programa Minha Casa Minha Vida na Bahia**. Compuseram a Mesa dos trabalhos: a Superintendente de Habitação da Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, Urbanista Eleonora Márcia; a Consultora da Presidência da Caixa Econômica Federal, Evaniza Rodrigues, representando o Presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Eredá; o Diretor de Habitação da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, José Ubiratan Cardoso, representando o Governador do Estado da Bahia; a Coordenadora da Comissão de Moradia do Conselho Nacional, Defensora Melissa Florina Teixeira, representando a Defensora Pública Geral do Estado da Bahia, Maria Célia Padilha; a Diretora-Geral Ana Carolina André Rabelo, representando o Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador, Paulo Damasceno; o Coordenador do Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS), Ildemário Proença; a Coordenadora da União Nacional por Moradia Popular (UNMP), Marli Carrara; o representante da Federação da Associação de Bairros de Salvador (FABS), Francisco Freitas; o representante da Frente de Luta Popular, Marcelo Barbosa; o representante do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) Adeilton Ferreira; o Superintendente da Caixa Econômica Federal em Salvador, Adelson Prata; o representante da União de Negros da Igualdade (Unegro), Dermeval Cerqueira; e o representante da Central de Movimentos Populares (CMP), Fernando Romão. Em seguida, ao lembrar que o direito à moradia é um direito fundamental, a Sra. Presidenta discorreu sobre o desenvolvimento do Programa *Minha Casa Minha Vida I* na Bahia, “o Estado que mais contratou unidades habitacionais”. Destacou a importância do Programa, que desenvolve habitação de interesse social, bem como a mobilização dos movimentos sociais e a articulação entre o empresariado, a Caixa Econômica Federal, o Governo (quem coordenou o programa) e as diversas prefeituras. Disse que era chegado o momento de avaliar o Programa que, a nível nacional, atinge a marca de um milhão de unidades, das quais 10 mil foram entregues em Salvador, e estava em andamento o *Minha Casa Minha Vida II*. A Sra. Evaniza Rodrigues falou sobre a importância do Programa, que juntou desenvolvimento econômico com atendimento a direitos, em resposta à luta dos movimentos sociais. Apresentou por meio de eslaides um resumo das realizações da etapa I e discorreu

sobre as metas e desafios para a etapa II, que visa entregar 2 milhões e 600 mil unidades de habitações. Registrou as novas decisões do Governo Federal para aumentar o valor da unidade na Capital e no interior e reduzir a prestação a 5% do salário mínimo por um período de dez anos. A Senhora Ana Carolina, afirmando que a Prefeitura Municipal de Salvador tem sido parceira do *Minha Casa Minha Vida I*, discorreu sobre as ações desenvolvidas, salientando, entre outras, a desoneração de impostos, a criação de um grupo de trabalho com as Secretarias municipais para discutir a questão da infraestrutura e a criação de uma central de atendimento, visando fazer a intermediação entre as famílias e a Caixa Econômica Federal. O Senhor Ildemário Proença agradeceu à Deputada Maria Del Carmen por ter acolhido a solicitação dos movimentos sociais para avaliar o Programa *Minha Casa Minha Vida I*, salientando a importância daquela avaliação para evitar que os problemas e as dificuldades da etapa I (escola, transporte, postos de saúde, segurança, emprego e altas taxas da Embasa e da Coelba) se repitam na etapa II. Agradeceu, também, ao ex-Presidente Lula pela sabedoria de implantar as moradias através do Programa e ao Governador Wagner por fazer a doação de terras da antiga Urbis, destacando a parceria com a Sedur e a Sedham. Por fim, apelou para que se faça investimento em cursos para que as famílias do Programa consigam trabalho para viver dignamente. O Senhor Marcelo Barbosa, representante da Frente da Luta Popular, agradeceu ao ex-Presidente Lula pela iniciativa da criação das moradias e defendeu que os problemas surgidos na etapa I do Programa, sobretudo com relação à questão escolar, à segurança, aos transportes e à territorialidade, sejam sanados antes de se iniciar a entrega da etapa II. Agradeceu, também, o apoio dos Governos Municipal e Estadual, através do trabalho da Sedur e da Sedham. O Senhor Francisco Freitas disse que os Conselhos compreendem a dificuldade para se construir casas e adquirir as terras sem a especulação imobiliária e, por isso mesmo, geralmente os conjuntos são distantes e não apresenta espaço ideal para o cidadão viver dignamente. Louvou o esforço do Governo Wagner, através da Sedur, para a melhoria da qualidade de vida das famílias e conclamou os municípios a entenderem a necessidade de desenvolver dignamente as cidades. O Senhor Dermeval Cerqueira cobrou a efetivação da infraestrutura dos conjuntos, conforme prevista quando do lançamento do *Minha Casa Minha Vida I* para que o problema não se repita na etapa II, afirmando que o Conjunto de Pirajá é o que se encontra em pior situação. Nesse sentido, sugeriu que o assunto seja discutido entre a Sedur, a Sedam e os movimentos sociais. O Senhor Adailton Pereira louvou a iniciativa daquele programa social de moradias, bem como a redução do valor da parcela, ao tempo em que defendeu que a Caixa não libere recursos para construções afastadas da Cidade. Registrou os problemas do Conjunto de Pirajá, que não possui infraestrutura e precisa com urgência de segurança. O Senhor Fernando Romão, em nome da ACNP, fez uma avaliação do que foi feito no Estado e na Capital baiana dentro do Programa

Minha Casa Minha Vida I, que conseguiu acabar com 17 acampamentos. Falou sobre o trabalho da Caixa Econômica Federal e do Conselho Tutelar e criticou o Ministério Público, “que deveria ser parceiro dos movimentos sociais”. Em tempo, reconheceu o trabalho da Deputada Maria Del Carmen junto aos movimentos sociais. A Senhora Marli Carrara, afirmando que habitação é a mãe das políticas públicas, disse que o Programa fez o Governo enxergar a cara dos movimentos sociais. Lembrou que habitação é uma política municipal, uma vez que é o município quem isenta os impostos e, nesse sentido, apelou para a isenção do IPTU. Conclamou os movimentos a indicarem as terras públicas para que o Estado coloque as devolutas a serviço dos movimentos sociais, ao tempo em que defendeu que a infraestrutura chegue junto com as moradias. Por fim, cobrou da Embasa celeridade na análise dos projetos para que as unidades possam ser ocupadas. O Senhor Abdijalili Filho falou do trabalho da ONG Associação Amigos de Jequié, que acompanha o gasto dos recursos públicos e louvou os gastos da Caixa Econômica Federal com o Programa *Minha Casa Minha Vida I*. A Senhora Melissa Teixeira, após destacar a luta dos movimentos sociais na Bahia, discorreu sobre o trabalho da Defensoria Pública na solução dos casos de venda e permuta dos imóveis dos condomínios da etapa I, afirmando que o imóvel não pode ser objeto de negociação. Falou que a Defensoria tem intercedido junto à Embasa e à Coelba no sentido de solucionar as queixas de contas altas, bem como junto aos órgãos competentes para tratar do IPTU e da infraestrutura, sugerindo que os Condomínios tenham um espaço para reunião. O Senhor José Ribeiro Lima, do Sindicato dos Trabalhadores, defendeu que o Programa se torne cada vez mais forte e que a urbanização chegue junto com os empreendimentos, entretanto, cobrou que os trabalhadores que constroem os condomínios do *Minha Casa Minha Vida* recebam os salários, pois os que trabalharam pela R. Carvalho estavam sem receber os salários e passando por dificuldades. O Senhor Adelson Prata discorreu sobre as fases do Programa *Minha Casa Minha Vida* e sobre o trabalho que estão desenvolvendo para melhorá-lo cada vez mais, defendendo que a infraestrutura chegue junto com o empreendimento e lamentou que o programa tenha preço definido, o que dificulta a compra de terrenos mais centrais. Esclareceu sobre os problemas dos trabalhadores que não receberam os salários, comprometendo-se a buscar alternativa para que isso não aconteça. A Senhora Eleonora Márcia disse que a situação na Bahia é diferente, haja vista ser o Estado com maior demanda até três salários mínimos; situação que foi compreendida pela sensibilidade do ex-Presidente Lula, que decidiu aliar as políticas públicas sociais e o desenvolvimento econômico ao crescimento. Ao discorrer sobre o Programa *Minha Casa Minha Vida*, que é federal e se tornou referência mundial, destacou o apoio do Governo da Bahia e da Prefeitura de Salvador para o avanço da qualidade das construções que, entretanto, ainda carecem de políticas públicas de inclusão produtiva para fixar as famílias às moradias. Salientou a transparência e o controle social do

Programa, através dos Conselhos, proporcionando à Bahia contribuir para o avanço da democracia e dar exemplo de inclusão social. Posicionou-se, ainda, acerca da infraestrutura, das contas da Coelba e da Embasa e registrou a prorrogação da inscrição para a etapa II do Programa até o dia 31 de dezembro de 2012. O Senhor Ildemário anunciou que o Movimento dos Sem-teto, atendendo a uma solicitação da Conder, decidiu batizar o empreendimento de Chácara Perseverança com o nome Conjunto Habitacional Luiz Inácio Lula da Silva e registrou que iriam marcar uma reunião com a Defensoria Pública para buscar solução para as famílias do galpão da Leste 3 e da Fábrica de Mamona Embasa. A Sra. Presidenta leu a proposta de representação dos trabalhadores da construção civil sobre o termo assinado pela Presidenta Dilma em 01/03/12 e registrou que a enviará à Caixa Econômica Federal. O Sr. José Ubiratan Cardoso disse que o Programa avançou muito e no momento se encontra na fase de aprimoramento. Destacou a importância da parceria dos entes envolvidos – os movimentos sociais, o município, o estado e a União, bem como a necessidade de o trabalho social ser realizado antes e depois da ocupação do empreendimento. A Sra. Presidenta disse que a luta deve avançar para garantir mais unidades habitacionais e para inserir o tema como programa do Governo do Estado. Louvou o trabalho da Caixa Econômica Federal, braço operacional do Governo, e desejou que os governos municipais abracem essa política habitacional. Em nome do Poder Legislativo, agradeceu a presença de todos e encerrou a Sessão.

PRESIDENTE –

1º SECRETÁRIO –

2º SECRETÁRIO –